

SUBVERSÃO E RESISTÊNCIA DOCENTE: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido

Moacyr Salles Ramos¹
Inez Stampa²

Recebido em: 20/07/2016 - Alterações recebidas em: 26/08/2016 - Aceito em: 26/08/2016

Resumo: O artigo busca estabelecer relações entre o controle do trabalho docente em dois períodos históricos distintos, situando esse controle no campo das disputas político-ideológicas em torno do currículo. Para tal, apresentamos documentos da ditadura militar guardados pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, buscando exemplificar como a prática docente crítica era alvo de perseguição na época. Por analogia, refletimos sobre o Programa Escola sem Partido, que postula pela neutralidade do ato de ensinar e contra o que é chamado de "doutrinação e de abuso da liberdade de ensinar" por parte dos docentes. O artigo constitui-se de revisão bibliográfica e da utilização de fontes primárias e secundárias. Foi possível concluir que, apesar de vivermos em um período dito democrático, o recrudescimento das forças sociais conservadoras no momento contemporâneo tem suscitado um novo processo de perseguição docente no interior das instituições escolares. O pano de fundo é a disputa entre projetos de formação humana, evidenciando a educação escolar como espaço contraditório, podendo também servir como espaço de conscientização e emancipação das camadas populares. Em ambos os processos, o trabalho docente crítico-reflexivo é um elemento central.

Palavras chave: Ditadura militar; Trabalho docente; Currículo; Subversão; Escola sem Partido

SUBVERSION STRENGTH AND TEACHERS: notes on the military dictatorship and the free Program School Party

Abstract: The article aims to establish the relationship between the control of teaching in two different historical periods, placing that control in the field of political and ideological disputes around the curriculum. We presented documents stored in the "Memórias Reveladas", a reference center for the archives of the last dictatorship at the Arquivo Nacional (national archives), seeking exemplify how the teaching practice criticism was the object of persecution at the time. By analogy we reflect on the Movement "Escola sem partido" (School without Party), which supposedly aims to establish the neutrality of the act of teaching and against what is called "indoctrination and abuse of freedom of teaching" by teachers. This is a literature review that uses primary and secondary sources. It was concluded that although we live in a somehow democratic period, the resurgence of conservative social forces in contemporary time has sparked a new process of teaching persecution within the schools. The

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), graduado em pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como pedagogo na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: <mramos@id.uff.br>

² Assistente social e socióloga, professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, do qual é coordenadora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Brasil (o presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, processo 308727/2015-0). Servidora do Arquivo Nacional, onde coordena o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. E-mail: <mramos@id.uff.br>

backdrop is the dispute between human development projects, highlighting education as contradictory space and can also serve as awareness of space and emancipation of the working classes. In both cases the critical-reflective teaching work is a central element.

Keywords: Military dictatorship; teaching work; Curriculum; Subversion; no Party School

INTRODUÇÃO

No início de julho de 2016, uma professora de sociologia do Colégio Estadual Professora Maria Gai Grandel, da cidade de Curitiba, Paraná, foi afastada de suas atividades laborais por abordar Karl Marx em suas aulas³. O caso repercutiu nacionalmente, gerando indignação entre docentes e discentes. Os alunos da professora afastada organizaram um ato em favor de seu retorno que foi filmado e “viralizou”, isto é, teve ampla difusão na Internet. Além disso, como produto das aulas, os alunos gravaram um vídeo em que, através da paródia de uma música de sucesso, usam termos como “mais valia”, “exploração”, “ideologia” e “proletários”.

Por mais peculiares que pareçam ser casos como o citado acima, eles não são mais tão raros no cenário nacional, principalmente a partir da recente criação do movimento “Escola Sem Partido”. O referido movimento tem fornecido base teórica para dois Projetos de Lei (PL) que pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo nela o “Programa Escola Sem Partido⁴”. Trata-se do PL 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na Câmara dos Deputados e do PL 193/2016, de autoria do senador Magno Malta, do Partido da República (PR), no Senado Federal⁵.

Esses projetos buscam neutralizar o trabalho docente e direcionar o currículo, impedindo a circulação de conceitos marxistas, os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas e submetendo os processos pedagógicos às convicções morais e religiosas dos pais. Tais imposições surgem num contexto de recrudescimento de forças conservadoras que, a princípio, pretendem “amordaçar” os professores, tornando-os meros reprodutores de discursos que conformem os alunos diante das desigualdades sociais, da intolerância religiosa e do preconceito de gênero, materializando um amplo retrocesso nas conquistas democráticas.

A inclusão de programas como o citado na LDB evidencia que o trabalho docente e o currículo escolar têm se desenhado como espaços de disputa por hegemonia. Portanto, é preciso lutar contra as pautas conservadoras e reacionárias, que procuram ditar os princípios do currículo, definindo conteúdos, métodos de ensino e fins pedagógicos, gerando esvaziamento político nos debates sobre o que deve ou não ser ensinado na escola de educação básica e nas universidades.

Assim, entendemos que, ao tentar controlar o trabalho docente, o Programa Escola Sem Partido busca redefinir o currículo, invocando uma falsa neutralidade, que nega ao professor e ao aluno o direito de serem sujeitos na construção do conhecimento. No entanto, partimos do princípio de que a definição do que deve ou não ser ensinado nunca é um processo neutro,

³ Mais informações sobre o caso podem ser encontradas nos seguintes sites: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/11/murilo-cleto-o-afastamento-da-professora-que-abordou-marx-revelou-a-verdadeira-face-do-escola-sem-partido/>> e <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/professora-da-rede-publica-e-afastada-ao-abordar-marx-em-sala-de-aula/>>. Acesso em 3 jul. 2016.

⁴ Convém esclarecer que O “Movimento Escola Sem Partido” é uma organização da sociedade civil. Já o “Programa Escola Sem Partido” consiste nas ideias do Movimento Escola Sem Partido em forma de Lei.

⁵ Além dos PL’s citados, há projetos semelhantes em várias Câmaras de Vereadores de todo o Brasil.

mas sempre representa ao mesmo tempo a trajetória e o resultado de correlações de força, ou seja, são projetos de formação humana antagônicos. Tanto o que será ensinado como o que será omitido fazem parte de um processo político e ideológico seletivo (APPLE, 2006).

Nessa direção, este artigo tem como proposta alimentar o debate sobre o controle do trabalho docente e, conseqüentemente, do currículo escolar. Em virtude de similaridades, consideramos oportuna a recuperação de alguns aspectos sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985), a fim de compreendermos como se dava esse controle na época e, por analogia, estabelecemos relação com os pressupostos do Programa Escola Sem Partido.

Nosso retorno a ditadura militar se deve ao fato de entendermos que as imposições do Programa Escola Sem Partido são antidemocráticas e trazem princípios políticos do regime de exceção. Na época, tudo que fosse ligado à difusão pública de conteúdos era devidamente verificado, censurado, cortado e proibido, de acordo com os interesses ditatoriais. Assim se dava também no tocante aos livros, telenovelas, peças de teatro, músicas e, até mesmo, às aulas ministradas nas escolas e universidades. Tínhamos assim um currículo vigiado e o trabalho docente sob suspeita.

É para explicitar como a produção do conhecimento e o trabalho docente passou a ser controlado de modo sistemático durante a ditadura militar e alimentar o atual debate acerca do tema, que apresentamos documentos do acervo do Sistema Nacional de Informações (SNI), custodiados no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Deste modo, fazemos uso de fontes primárias e secundárias nessa discussão.

A fim de tornar mais didática a reflexão, dividiremos o texto em três partes, a saber: "Educação escolar como espaço de luta política" – neste item apresentamos o que entendemos por trabalho docente numa perspectiva democrática e emancipatória, bem como apresentamos os fundamentos do Programa Escola Sem Partido; e "Subversão e resistência docente na ditadura militar"- parte em que apresentamos brevemente o contexto sócio-político da ditadura e documentos que nos ajudam a compreender algumas motivações e formas do controle do trabalho docente no período.

EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA

Todo o conhecimento é uma aproximação possível e inacabada do real. Essa aproximação se dá por meio do trabalho humano, ou seja, os esforços de compreender o mundo, sendo tal movimento simultaneamente "processo" e "produto" histórico. Por sua historicidade, o conhecimento está sempre comprometido com uma visão de mundo. Nessa direção, ele não é uma "realidade neutra", mas é diretamente relacionado a interesses ideológicos, sendo resultado dos confrontos de alternativas, perspectivas e ideias (LEITE, 1994).

Considerar o conhecimento como "produto" e "processo" pode nos ajudar e minimizar algumas confusões acerca da sua neutralidade ou de seu comprometimento ideológico. Conforme nos lembra Leite (1994), o confronto, a ideologia, as lutas políticas em torno da construção do conhecimento nem sempre são possíveis de serem percebidos na dimensão de "produto", mas sim na esfera do conhecimento enquanto "processo".

Nessa condição de produto, ele [o conhecimento] não manifesta a dimensão ideológica que perpassou todo o processo de aproximação do real. O conhecimento-produto é a exposição de um determinado momento do real. Embora tenha todo um dinamismo próprio, é o

momento mais "parado" do real. É o momento em que o homem tem a ilusão de "segurar", de "prender" a totalidade (LEITE, 1994, p.14).

O processo de produção do conhecimento é o espaço da contradição, da história, da luta do homem para modificar o mundo (e se modificar nesse processo). Assim, se o conhecimento é construído por meio do trabalho humano, sua humanidade não pode ser negada, pois nela reside a própria ideologia. Dito isto, é falacioso o discurso que busca neutralidade na construção do conhecimento, pois é em sua condição humana que o homem produz ideologia. Dito isto, o que chamamos de ciência não está à margem da política e da ideologia, na medida em que para existir ela necessita do "processo" de construção do conhecimento fazendo dela "parcial, subjetiva, condicionada socioculturalmente e psicologicamente" (LEITE, 1994, p.13).

A escola tem como principal função socializar o conhecimento historicamente acumulado e esse conhecimento não pode ser considerado como um "produto" acabado. Ao contrário, ele será recontextualizado sucessivamente pelos saberes e experiências dos alunos e professores, sob influência dos "princípios políticos dos organismos e instâncias da sociedade civil ligadas à educação (administração pública do sistema de ensino, universidade e agências de pesquisa, rede editorial etc.) e finalmente, recontextualizado de acordo com a gramática do aparelho escolar" (SANTOS, 1994, p.33).

Ora, a Sociedade Civil não é um espaço de concordância, de uniformidade. Ela é a arena em que as classes fundamentais disputam a hegemonia⁶, ou seja, disputam a direção política e ideológica, e buscam estabelecer vínculos com a Sociedade Política a fim de conformar ao conjunto da população em torno de uma visão de mundo. Trata-se de uma relação pedagógica, que de modo algum pode ser pensada pelo viés da neutralidade, mas sim uma disputa de interesses no bojo do Estado Ampliado⁷ (GRAMISCI, 1999; 1982).

A defesa de que o professor, em seu trabalho pedagógico, deve ocultar a sua visão de mundo e ser neutro diante das questões de seu tempo ou de outros tempos históricos, consiste numa espécie de ditadura para o trabalho docente, pois vai na contramão da construção de um currículo colaborativo, que valoriza os múltiplos saberes e aproveite os conflitos teóricos para construir novos conhecimentos. Dito de outro modo, uma escola que recontextualiza os saberes, admite o conhecimento escolar como um trabalho coletivo, sendo "um texto aberto que, por não estar completo, exige a participação dos alunos e dos professores e não como uma mercadoria a ser consumida pelos alunos" (SANTOS, 1994, p.31). Nessa perspectiva, o professor não é uma "vitrine" onde são expostos os conhecimentos e os alunos escolhem os que mais lhe agradam. Essa seria a forma mais fácil de não se construir absolutamente nada, nem vínculos entre professor e aluno, nem autonomia do educando, nem dignidade do trabalho docente e muito menos conhecimento.

Entendemos que o trabalho pedagógico abriga tanto aspectos metodológicos como políticos, e ambos estão atrelados a uma ou mais vertentes filosóficas, inseparáveis da produção e da função social do conhecimento. É por isso que "a filosofia expressa o modo como os homens de uma época e particularmente da sociedade dividida em classes concebem

⁶ Para Gramsci (1982), hegemonia é o domínio de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos, em especial da burguesia sobre a classe trabalhadora.

⁷ Consideramos os estudos de Gramsci (1982, 1999), para quem o Estado Ampliado é a soma da Sociedade Civil (aparelhos privados de hegemonia, como igrejas, partidos, sindicatos, organizações de modo geral, revistas etc.) e da Sociedade Política (aparelhos de coerção e burocracia estatal, como exército, polícia etc.). Ambas as esferas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica e política, de acordo com os interesses de uma classe social. Mas é na sociedade civil que as classes buscam aliados para as suas posições.

sua relação com o mundo” (VÁZQUEZ, 2002, p. 51), ou seja, a produção e a difusão do conhecimento não se dão fora do conjunto das relações sociais. Neste sentido, é impossível que existam ideias autônomas, sem matriz ideológica. Toda e qualquer ideia provém de um processo histórico real que é condicionador e possibilitador do processo teórico. É neste sentido que ensinar não é apenas tratar de conteúdo e objetivos, mas um processo que “se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (FREIRE, 2006, p. 26).

A visão política e técnica do professor como executor parte de uma concepção da natureza humana bem diferente ou então quer esquivar esse caráter criador dos professores em prol da submissão ao padrão de conduta reclamado pelo sistema social-escolar no qual pera. É curiosa a dissociação e incongruência que supõe, às vezes, aplicar um conceito determinado de aprendiz ativo ao aluno e ao mesmo tempo preconizar para o professor o papel contrário (SACRISTÁN, 2000, p.172).

O trabalho docente, compreendido como necessário para a formação de cidadãos comprometidos com as questões de seu tempo, pressupõe constante tomada de posição e reflexão sobre a realidade. Assim, diante do conhecimento ensinado/aprendido, há duas posições extremas: entender como o mundo é e manter tudo na forma em que está ou contestá-lo e lutar para a sua transformação (VÁZQUEZ, 2002, 52).

No entanto, a tomada de posição deve ser respeitosa e considerar que todo posicionamento tem como pano de fundo uma ou mais ideologias, inclusive o pensamento do próprio professor. Buscar a neutralidade é esvaziar o trabalho pedagógico, mas apresentar as visões pessoais num contexto de múltiplas visões e leituras é se relacionar honestamente com seus alunos. Nessa direção, entendemos que diante do currículo todos se tornam sujeitos, tanto os professores quanto os alunos, fazendo com que ambos possam fazer as intervenções que julgarem necessárias (SACRISTÁN, 2000, p. 166). Ainda para o autor:

É evidente que no professor recai não apenas as determinações a serem respeitadas provenientes do conhecimento ou dos componentes diversos que se manifestam no currículo, mas também as obrigações em relação a seus próprios alunos, ao meio social concreto no qual vivem, e isso o chama inevitavelmente a intervir, devido à responsabilidade para com eles. Enfim, o currículo tem a ver com a cultura à qual os alunos têm acesso; o professor, melhor do que nenhum outro, é quem pode analisar os significados mais substanciais dessa cultura que deve estimular para os seus receptores (SACRISTAN, 2000, p. 166).

Nesse contexto, não pode o professor estar limitado durante a aula, pois ali também ele exerce sua função social e política, bem como de transformador do currículo estabelecido de acordo com as necessidades dos alunos e do meio social. Trata-se de compreender a educação como processo contraditório, podendo servir como dominação, mas, também, como instrumentalização da classe trabalhadora para disputar a direção política. Esse campo de disputa tem sido aproveitado por diversos sujeitos individuais e coletivos que buscam

interferência no currículo escolar, seja por meio do “apadrinhamento de uma escola”, de parcerias público privadas⁸, da criação de material didático, através de cursos de formação continuada para professores⁹ e principalmente nas instâncias legislativas, como é o caso do próprio Movimento Escola Sem Partido. Segundo seus organizadores:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (NAGIB, Movimento Escola Sem Partido).

É importante repensarmos a relação conhecimento-reprodução-transformação dentro do que pretende esse movimento, que, conforme consta em seu site oficial, surgiu a partir de uma articulação entre pais e alunos supostamente “preocupados” com “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Essa contaminação também é chamada de “doutrinação”. Parecem crer que os professores tomam decisões e fazem escolhas livremente sobre o que e como vão ensinar. Esquecem que existem influências do campo intelectual, da realidade socioeconômica em que vivem os alunos, da legislação, das instituições e comunidade escolar, da administração do sistema de ensino e principalmente, da política. Não obstante, propor um tipo de trabalho docente controlado e vigiado, como mero cumpridor de tarefas e expositor de conteúdos pré-estabelecidos é acima de tudo também uma “configuração política de seu papel profissional” e diante dessa configuração há outras possíveis (SACRSITAN, 2002, p. 167, 168).

No site do movimento é possível encontrar orientações de como identificar um professor doutrinador, bem como acompanhar as palestras e a aprovação de leis que se fundamentam nas ideias do movimento. Além das propostas que tramitam nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, cabe destacar o PL 867/2015, na Câmara dos Deputados e o PL 193/2016 no Senado Federal, citados na introdução desse artigo. Vejamos, no quadro a seguir, as semelhanças nos principais pontos dos projetos:

Como podemos observar no quadro apresentado, ambos os PL’s se complementam. No que tange as raízes ideológicas do conhecimento e a liberdade de o professor se expressar, são idênticos. Porém, o PL 867/2015 traz maior controle nos debates e práticas pedagógicas que contrariem a religião dos pais, enquanto que o PL 193/2016 busca proibir o debate sobre Gênero e Sexualidade, postulando ainda unicamente pela *identidade biológica dos sujeitos*. Há três direções no controle do currículo e do trabalho docente, a saber: a) impedir a circulação de ideias marxistas e derivadas dessa linha teórica; b) impedir a conscientização em torno da questão de gênero e sexualidade; c) empoderar o universo religioso dos pais como regulador

⁸ Como é o caso do Colégio Estadual José Lopes Leite, no Estado do Rio de Janeiro, que recebeu do Instituto Oi Futuro o apoio financeiro de R\$ 10.000.000,00. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041312>. Acesso em 23/08/2016.

⁹ Como exemplo, podemos citar o Instituto Ayrton Senna, que se define da seguinte forma: “Impulsionados pelo desejo do tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna, nossa missão é *levar educação de qualidade para as redes públicas de ensino no Brasil*. Atuamos em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para construir soluções concretas para os problemas da educação básica” (Grifo dos autores). Fonte: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/quem-somos/>. Acesso em 23/08/2016.

das práticas pedagógicas, o que, poderá resultar em perdas significativas para os estudos de história e cultura afro-brasileiras e indígenas¹⁰.

Quadro comparativo- PL 193/2016 e PL 867/2015

Aspecto	PL 193/2016 - Senado Federal	PL 867/2015 - Câmara dos Deputados
Objetivo	Incluir o Programa Escola Sem Partido na LDB.	Igual
Motivo	“É fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis” (JUSTIFICATIVA).	Igual
Quanto ao processo de construção do conhecimento	“Neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” (ART.2, I); “Reconhecimento do educando como parte mais fraca e vulnerável no processo de ensino-aprendizagem” (ART.2, V).	Igual
O professor	“No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”; (ART.5)	Parecido, com leve diferença.
Quanto aos pais	“Direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções” (ART. 2, VII).	Igual
Gênero e sexualidade	“O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (ART.2, PARÁGRAFO ÚNICO).	Maior ênfase
Religião	Menor ênfase	Não pode fazer em sala de aula nada que conflite com as convicções religiosas e morais dos pais (Art.3).

¹⁰ Limitações expressivas para a aplicação das Leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008), que incluem no currículo escolar história e cultura afro-brasileira e indígena.

Quanto à supervisão	Fixação de cartazes nas salas de aula de, no mínimo, 90x70, com o conteúdo da lei; O Ministério e as Secretarias de Educação devem criar canais de reclamação no caso de desrespeito à lei; as reclamações devem ser encaminhadas para o Ministério Público.	Igual
Abrangência	“às políticas e planos educacionais e aos conteúdos curriculares; aos materiais didáticos e paradidáticos; às avaliações para o ingresso no ensino superior; às provas de concurso para o ingresso na carreira docente; às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal” (ART.9, I-V).	Igual

Há um elemento que torna ainda mais complexa a relação professor- aluno, que quando de confiança, traz inúmero benefícios na construção de conhecimentos, no desenvolvimento dos educandos e no bem-estar docente. Os projetos de lei pretendem criar uma espécie de “canal de denúncia”, por meio do qual os professores serão investigados pelo Ministério Público. Mesmo sem a aprovação dessas Leis, essa prática já está sendo fomentada no site do Movimento Escola Sem Partido, como podemos ver na orientação de como denunciar um “professor doutrinador”:

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública (ESCOLA SEM PARTIDO- PLANEJE SUA DENÚNCIA).

É preocupante o clima hostil que pode ser criado a partir dessas “dicas”. Primeiramente, consideramos ser importante que qualquer conflito entre professores e alunos seja solucionado através do diálogo. Caso o diálogo inicial não obtenha sucesso, há instâncias colegiadas nas universidades e escolas, por meios das quais os problemas podem ser resolvidos ou minimizados. A relação pedagógica é uma relação de confiança e não de construção de ciladas.

O cenário apresentado parece recuperar e atualizar princípios institucionais do período ditatorial vivido em nosso país, em que o trabalho docente se tornou atividade perigosa e, portanto, vigiada. Passemos a analisar esses aspectos.

SUBVERSÃO E RESISTÊNCIA DOCENTE NA DITADURA MILITAR

Investigar os mecanismos de resistência docente no período do regime militar é de suma importância não apenas para uma releitura da história da profissão docente no Brasil, mas, principalmente, como prova de que parte desses profissionais lutou avidamente contra a ditadura instaurada em 1964. Trata-se, de modo amplo, de propor novas leituras da luta dos trabalhadores nesse período, esclarecendo que, apesar da existência de cooptados, houve resistência e não apenas passividade generalizada, pois, conforme indica Santana (2014), há uma ideia distorcida de que os trabalhadores, imobilizados, nada fizeram durante a ditadura.

O golpe de 1964 desencadeou uma onda de repressão e de perseguição aos trabalhadores. Evitar manifestações nas ruas, nas fábricas e, de modo geral, a organização dos trabalhadores, era uma necessidade para manter a hegemonia ditatorial. No entanto, havia ainda outras tarefas urgentes: controlar as ideias, impedir a circulação do pensamento marxista, construir nos sujeitos uma visão de mundo que tomasse a ditadura como o único e melhor caminho para o Brasil “desenvolvido, próspero e pacífico”, esvaziando o debate político e ideológico.

A necessidade de reprimir as ideias direcionou os olhares da repressão para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior. O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica ao golpe era classificada como atividade subversiva e, conseqüentemente, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes.

A base da perseguição aos subversivos era a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra. Por meio dessa doutrina, a “revolução¹¹” deveria combater o inimigo interno. Para tal, foi central o papel do Sistema Nacional de Informações (SNI). O SNI era o órgão de cúpula do sistema de vigilância política no Brasil e um dos serviços de inteligência mais bem equipados do mundo durante o período em que funcionou (1964-1991).

Esse Sistema articulava, no Brasil, uma rede composta por centenas de órgãos de vigilância e milhares de agentes e colaboradores, civis e militares. O SNI dispunha de uma agência central que por sua vez era subdividida, sendo uma delas o Departamento de Informações Internas e Psicossociais. Esse departamento era fragmentado em setores organizados de acordo com a área a ser vigiada. A educação ficava a cargo da Divisão de Assuntos Psicossociais, porém havia ainda a Divisão de Assuntos Ideológicos, em que eram tratadas as atividades consideradas subversivas (RODRIGUES, 2016, p.87). Essa divisão entre educação e ideologia pode indicar a compreensão que os ditadores tinham do processo educativo como neutro, ou seja, educação e ideologia podiam ser tratados separadamente, pois são (ou deveriam ser!) totalmente independentes uma da outra.

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional:

A subversão deve ser entendida como o conjunto de ações de caráter predominantemente psicológico que buscam de maneira lenta, insidiosa, progressiva e, pelo menos inicialmente clandestina e sem violência a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através da destruição das estruturas sociais fundamentais, levando-a a aspirar a uma forma de comunidade

¹¹ Forma como a ditadura foi denominada nos documentos analisados.

diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1969, p.10).

O controle dos subversivos se inseria num conjunto de estratégias que pretendia garantir a construção de uma imagem de eficiência, legitimidade, defesa da família, alinhamento cristão e segurança no governo militar, ou seja, tratava-se de um projeto de conformação em torno dos benefícios da ditadura (REZENDE, 2013). Sabe-se que foram utilizadas estratégias tais como a infiltração de alunos “olheiros” nas aulas, gravação de aulas, cooptação de docentes e gestores. A missão era denunciar aos órgãos de inteligência e de repressão qualquer crítica ao regime ditatorial ou que se pautasse no referencial marxista, associado diretamente ao “perigo comunista”. É possível afirmar que, com algumas exceções, os docentes tornaram-se uma categoria de oposição ao regime militar, isso tanto pelo crescimento de integrantes dessa categoria, como pelo arrocho salarial que perdurou todo o regime (FERREIRA JR & BITTTAR, 2006).

Passemos então aos documentos secretos do SNI. Não é objetivo dos autores realizar uma análise minuciosa dos documentos, mas elucidar aspectos relativos ao controle do que podia ou não ser ensinado nas escolas e universidades. Nesse sentido, é possível que outros elementos sejam identificados pelo leitor, além da questão político-pedagógica.

O primeiro documento em análise, datado de 8 de setembro de 1971, recebeu o grau de sigilo “confidencial” e foi produzido pela Agência Rio de Janeiro do SNI. Trata do caso da diretora do Colégio Estadual André Maurois¹², localizado no bairro Leblon, cidade do Rio de Janeiro/ RJ, professora Henriete de Holanda Amado. Apresenta a ficha individual da professora, em que constam acusações de atividades subversivas, que incluem desde proteção a professores e alunos que contestavam os militares até a forma como Henriete tratava das questões polêmicas da juventude, como sexualidade e drogas.

Destaca-se que a permissão para que os alunos lessem as obras de Jorge Amado rendeu a diretora adjetivos como de “imoral”, e “pornográfica”, o que talvez explica a outra acusação também na página 2: “imprimindo orientação negativa a seus alunos, no concernente a educação sexual”. Tal repressão na ditadura militar se coadunava com a falsa defesa da família tradicional, cristã, com um discurso moralizador das atividades pedagógicas, tal como as ideias dos projetos de lei aqui apresentados.

Segundo o depoimento da professora Gorgina Calin Fagundes¹³, que trabalhou com Henriete durante o período ditatorial no Colégio André Maurois, a educadora tinha como filosofia a “liberdade com responsabilidade” e por meio desse fundamento ela buscava conscientizar os alunos acerca de suas escolhas, enquanto que a ditadura buscava apenas proibir comportamentos que fugissem do padrão moral da época. Outro aspecto importante é que Henriete era uma diretora que se negava a denunciar alunos e professores para os militares, o que resultou num mandato de prisão, com base em diversas calúnias, que a retirou do cargo em 20 de agosto de 1971.


A questão da “liberdade com responsabilidade”, para Henriete, era uma forma específica de organizar a própria escola, inclusive abrindo mão da figura do “inspetor escolar”, que buscava controlar os alunos e mantê-los em sala de aula. Para ela, os alunos precisavam

¹² Durante ano de 2016, o colégio foi ocupado pelo movimento secundarista que deflagrou um conjunto de atos públicos com participação de vários artistas por melhores condições de estudo, pela qualidade da educação pública e contra o corte de verbas para a área. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/marisa-monte-e-leoni-fazem-show-de-graca-em-colegio-ocupado-no-leblon.html>. Acesso em 24/08/2016.

¹³ Ver: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_07.html. Acesso em 24/08/2016.

de uma escola em que nada fosse obrigado, onde também todos tivessem a liberdade de expressão, inclusive essa pauta, juntamente com outras, foi que levou Henriete a participar de manifestações, conforme relata o documento. O documento que segue foi elaborado logo após a saída de Henriete da direção do colégio, possivelmente, para fundamentar as acusações contra ela.


CONFIDENCIAL


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

ENCAMINHAMENTO N.º 2836/71 /ARJ/SNI
(ST.19.2 - 0090)

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
022174 - 9 SET 71
PROTOCOLO


37564

DATA : 8 Set
ASSUNTO : Colégio Estadual "André Maurois"
REFERENCIA: TELEX N.º 37119E/71, UU, da AC/SNI.
DIFUSÃO : AC/SNI

Esta Agência encaminha o seguinte: "Cópia de Ficha Individual de HENRIETE DE HOLANDA AMADO, remetida sobre a Informação nº 550/ARJ/SNI/1970 e solicitada pelo expediente w. referência."
" Os demais tópicos do TELEX da AC/SNI serão atendidos posteriormente."

00000

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS.
(Art. 62-Dec. n.º 80.417/67 Regulamento para
Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

Fonte: AC_ACE_37564_71. Encaminhamento secreto nº2836/71/ARJ/SNI. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

12 - EXTRATO DE PROCEUÁRIO

- Professora.
- Em Out de 1964, pediu demissão do Colégio Estadual Schwartz, numa declaração redigida em termos ásperos, em que considera injusta as punições de professores atingidos pelo Ato Institucional.
- Em 1966, aparece como Diretora do Colégio Estadual André Maurois, cujo corpo docente está repleto de esquerdistas, alguns deles, oriundos da FIEFi.
- Espósa do jornalista GILSON AMADO.
Admite a pregação socialista e esquerdista no Colégio André Maurois; permite que se ataque o atual Governo e às Forças Armadas, em seu colégio.
- Vem imprimindo orientação negativa a seus alunos, no concernente a educação sexual.
- Participou de reunião de professores no Colégio - Santo Inácio, em 1/07/68, onde se tratou da formação de um grupo interestrutural, visando colher contribuições para a reforma de ensino. No grupo de que fez parte, figuravam entre outros: MARIA YEDA LEITE LIMA, Pe. VICENTE ADAMO, etc.
- Participou de reunião de professores comunistas - realizada no Colégio Santo Inácio, no dia 27.6.68.
- Em declarações ao Jornal "UHF", no dia 4 Jul 68, diz ser: "Participei da grande passeata de quarta-feira da semana passada para defender três coisas: a liberdade para meus alunos; a liberdade de expressão para todos e a reforma de ensino".
- Pornográfica. Imoral. Permite que as professoras do colégio que dirige, indiquem para seus alunos, livros de literatura imoral, especialmente os de JORGE AMADO.
- Omite-se diante das badernas provocadas pelos estudantes esquerdistas, os quais, fazem extensiva distribuição de documentos subversivos para seus colegas.
- No Colégio que dirige é flagrante a prática de uso de tóxicos pelos alunos. A falta de compostura do educandário é fato rotineiro, incidindo até os auxiliares de direção do estabelecimento, atentando contra os princípios mais elementares da moral.

CONFIDENCIAL

Fonte: AC_ACE_37564_71. Encaminhamento secreto nº2836/71/ARJ/SNI. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

O próximo documento, produzido pelo Departamento de Informações da Polícia Federal (DI/DPF) em 07 de abril de 1981, e também considerado confidencial, traz o caso do professor

de História José Geraldo de Santana Oliveira, do Colégio Carlos Chagas, Goiânia/ GO. Nele, os militares procuram desqualificar o professor como quem “não dá aulas”, mas utiliza o tempo para “bate papo” entre os alunos. É possível perceber a separação que o documento procura instituir entre aula e realidade social, isso pois, José Geraldo parece ser criticado por incentivar que os seus alunos trouxessem qualquer assunto para a sala de aula. Tal proposta revela o comprometimento do referido docente com as questões que faziam parte da vida dos alunos, prova de profundo respeito ao saberes e experiências desses.


02

AGO/SNI
002356 21 AGO 81
A.C.A.


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

INFORME Nº 0256/81/AS-SI/SR/DPF/GO

DATA : 07.04.81
ASSUNTO : JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA.
REFERÊNCIA :
ORIGEM : SI/SR/DPF/GO
AVALIAÇÃO : A-2
ÁREA :
DIFUSÃO ANTERIOR :
DIFUSÃO : CI/DPF - MAGO/SNI - 3ª BDA INF - DCI/SSP/GO - PM2/EM/PMGO
ANEXOS :



1. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA, Vice-Presidente do SINDICATO DOS PROFESSORES DE GOIÁS (SINPRO) e professor de "HISTÓRIA DO BRASIL" no Colégio CARLOS CHAGAS do Setor Universitário, vem combatendo / firmemente a regime em vigor no Brasil.

2. Ultimamente, JOSÉ GERALDO tem aproveitado o horário / de suas aulas para ministrar palestras de caráter político contra o Capitalismo e em favor do Socialismo, pregando-o firme e abertamente.

3. No dia 20 de Março/81, no seu horário de aula para o 3º ano colegial noturno, JOSÉ GERALDO, de portas fechadas, ministrou / mais uma palestra doutrinária, condenando o Capitalismo e louvando a regi- / me vigente na RÚSSIA, como também, a própria RÚSSIA que, segundo ele, é / um país onde não tem inflação.

4. JOSÉ GERALDO tem sugerido aos alunos que levem qual-// / quer assunto para ser debatido na sala de aula. Suas aulas têm sido notí- / vas de "bate papos" entre os alunos.

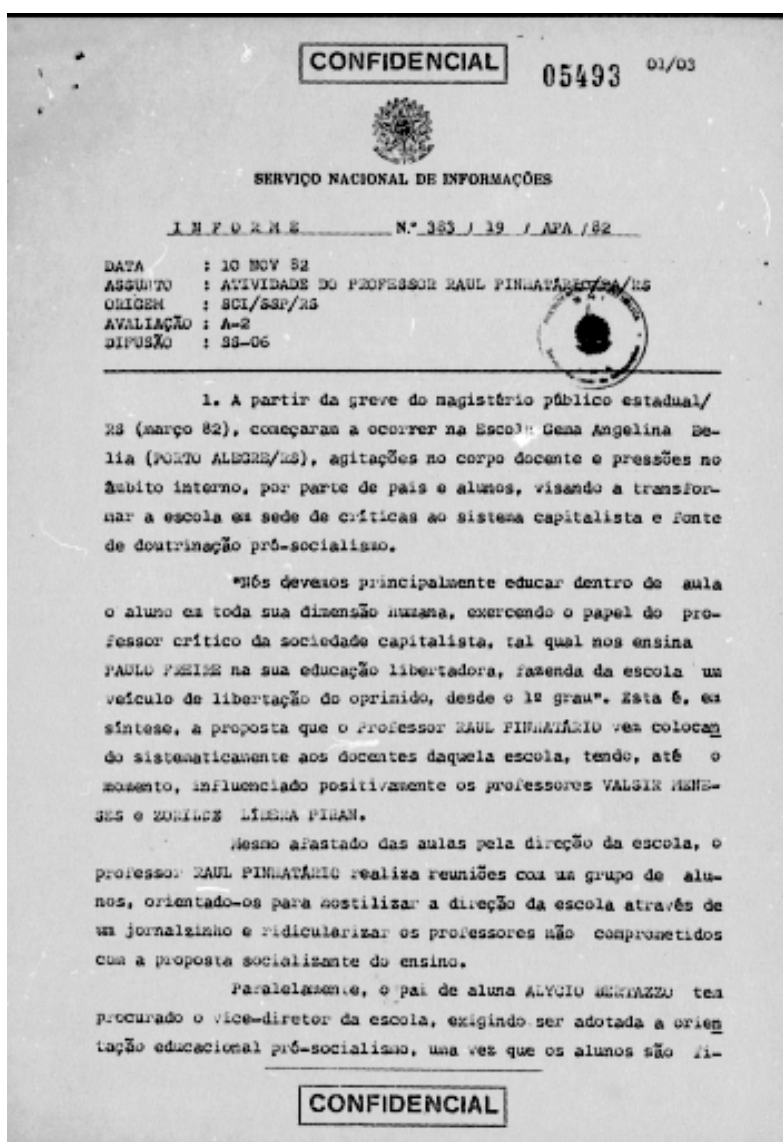
CONFIDENCIAL

Fonte: AGO_ACE_2356_82. Informe nº 0256/81. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

Há ainda uma forte tentativa de culpar o professor por utilizar o “horário de aula” para proferir palestra subversiva, sendo o grande problema a crítica ao capitalismo. Acreditamos que se o capitalismo fosse exaltado, o professor não seria de modo algum considerado um subversivo. Deste modo, sob o falso pressuposto da neutralidade, buscavam criminalizar qualquer visão de mundo que não fosse a favor da ditadura e do capitalismo.

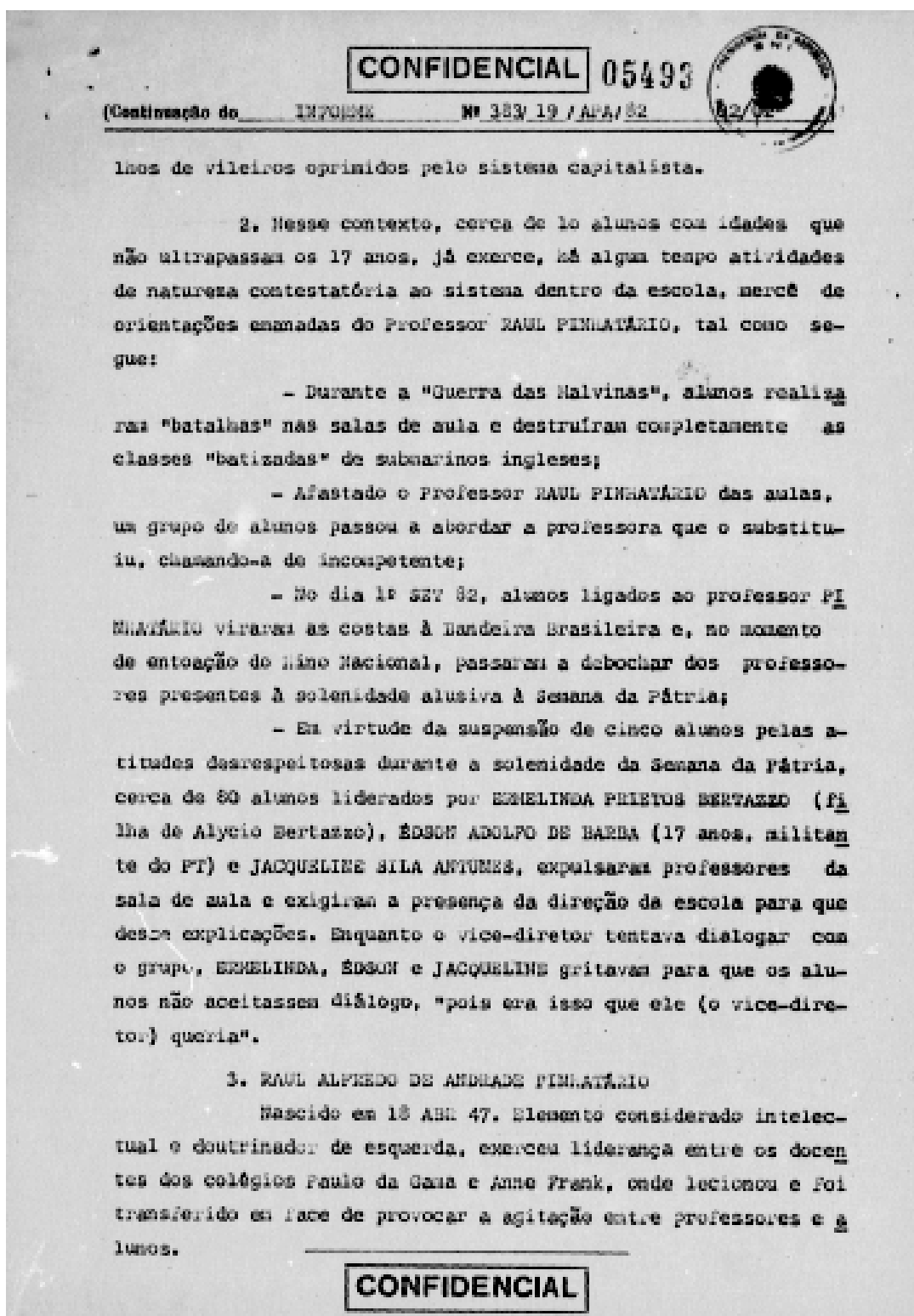
O terceiro documento traz elementos importantes para compreendermos o caráter contraditório e poder da educação na conscientização dos sujeitos. O centro do debate é o comportamento do Professor Raul Alfredo de Andrade Finhatário¹⁴, retratado em informe confidencial produzido, em 19 de novembro de 1982, pela Agência Porto Alegre do SNI com base em informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

O pensamento do professor reproduzido na primeira página é um convite para que o trabalho docente seja um movimento vivo que dialogue com o as demandas sociais, buscando explorar as contradições existentes. Raul tomava partido, lutava e assim conseguiu conscientizar alunos e professores, mesmo sendo reprimido e afastado pela direção da escola, já que nem todos os diretores eram como Henriete Holanda Amado, já citada nesse artigo. Segue:

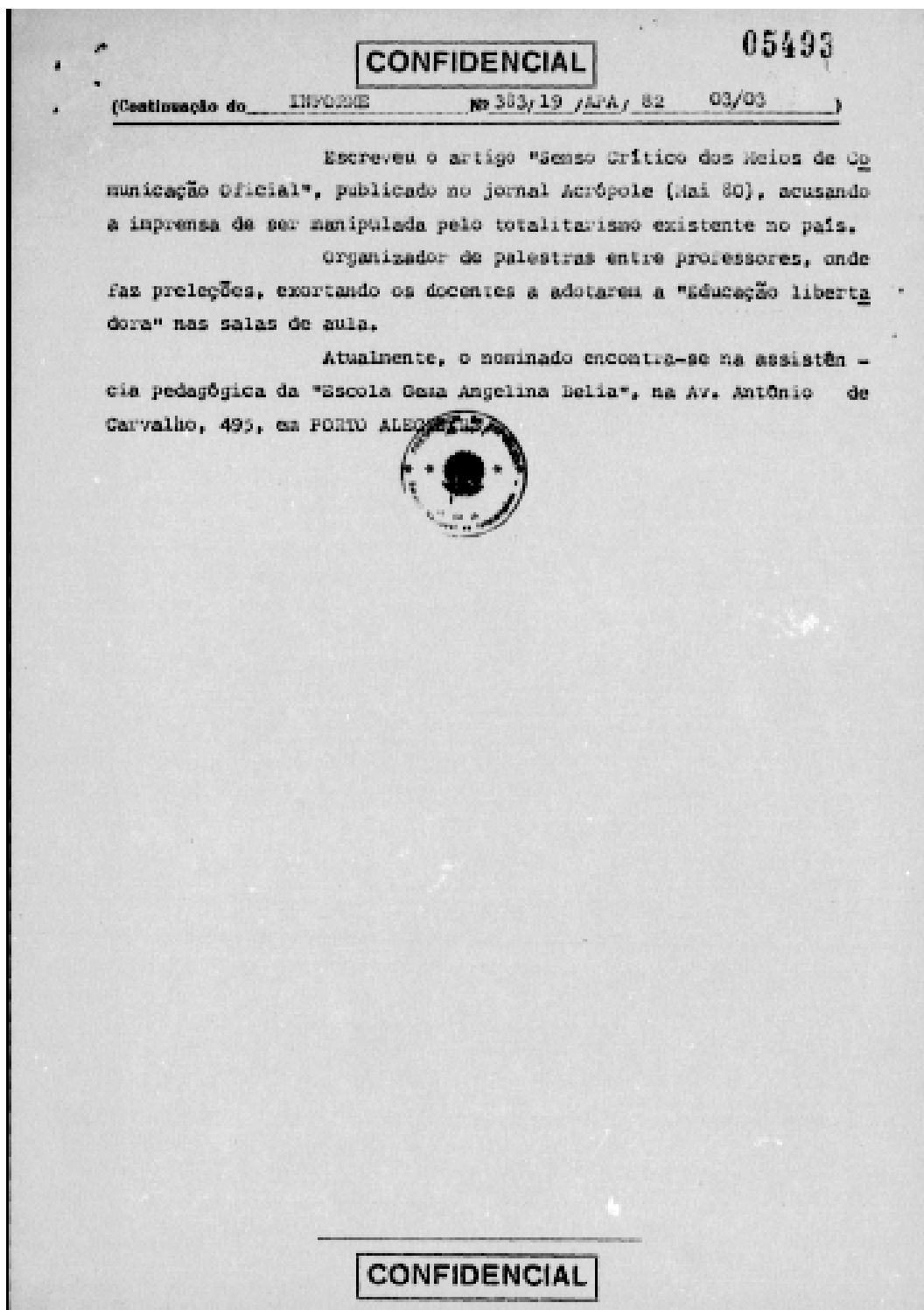


Fonte: APA_ACE_5493_82. Informe 383/19. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

¹⁴ Há dúvidas sobre a grafia do sobrenome do professor, devido ao estado do documento.



Fonte: APA_ACE_5493_82. Informe 383/19. Fundo SNI, Arquivo Nacional.



Fonte: APA_ACE_5493_82. Informe 383/19. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

Neste ponto da análise, convém lembrar que os projetos que trâmitam no senado e na câmara dos deputados, buscam vigiar e criminalizar o trabalho docente. Esse intento, alcançou na ditadura o seu ponto elevado. O documento seguinte demonstra como o "pedagógico" passou a sofrer influências diretas de profissionais que se dedicavam à apuração de crimes, como vemos abaixo. No documento, o professor Luiz Alberto Marque foi repreendido por um delegado pelos assuntos abordados nas aulas (como, por exemplo, obras faraônicas da

ditadura como a Transamazônica) e pelo livro que orientava o professor, cujo título era "Criança da Favela".

CONFIDENCIAL 11570

Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Segurança Pública
Administração Superior
Departamento Central de Informações

Porto Alegre, 23 OUT 1974

ARQ - 55 18-2
N.º 48/14/10/1974

1. Assunto: **LUIS ALBERTO MARQUES**
2. Origem: **DCI/SEP/RS**
3. Classificação: **-- A-2 --**
4. Difusão: **ARSI/MEC/SUL - SEC - APA/SNI**
5. Referência: **--**
6. Difusão desde a origem: **--**
7. Anexo: **--**


SNI - APA
Proteção Sigilosa
N.º 4060
Em 23/10/74

INFORME Nº12-211/74 /DCI/SEP/RS

1. **LUIS ALBERTO MARQUES**, vulgo "**BETINHO**", professor no Colégio **LA SALLE** em **OSÓRIO/RS**, leciona entre outras, a disciplina - **Moral e Cívica**.
2. Em determinada aula, referiu-se à construção da **TRANSAMAZÔNICA** e a **FREE-WAY**, fazendo um paralelo entre estas e a pobreza de regiões do País. Teceu comentários baseado no livro "**CRIANÇA DA FAVELA**".
3. O Delegado da 11ª DE da SEC, com sede em **OSÓRIO**, ficou sabendo destes fatos e manteve contato com o Nominado, ocasião em que o advertiu, dizendo da gravidade do ocorrido. Nesta oportunidade o professor repreendido retratou-se perante o Delegado, afirmando que havia feito tais comentários sem se dar conta de que estaria criando um clima de oposição, e que não tornaria a repetir tais fatos.
4. O epígrafe possui liderança entre jovens, sendo dotado de boa cultura, mas seu círculo de amizades não é muito selecionado.
5. Qualificação: **LUIS ALBERTO DE SOUZA MARQUES**, filho de **Erminio Dias Marques** e **Maria de Souza Marques**, nascido em 11/12/45/ em **OSÓRIO/RS**, casado, RG nº 460.634/PA/RS.

ARQUIVADO
Em 23/10/74

RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO: ART. 8º DCC. 60.417/67 - REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.



CONFIDENCIAL

FICHADO
Em 23/10/74

B-210
C-324

054 7-81

Fonte: APA_ACE_1170_85. Informe nº 12-211/74. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

Na ocasião, o trabalho docente não era avaliado de acordo com o conhecimento, o comprometimento e o desempenho dos profissionais, mas sim por critérios exclusivamente ideológicos, excluindo-se dos quadros de diversas universidades professores que porventura apresentassem inclinação política à esquerda. Um exemplo disso pode ser visto no documento

abaixo, em que o reitor jesuíta João Augusto Anchieta Amazonas Mac-Dowell, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), justifica e naturaliza a demissão de docentes por motivo ideológico.

10-1 099/81

CONFIDENCIAL | 013409 | 81

INFORME Nº **0112**/31/AC/81

DATA : 16 JAN 81
ASSUNTO : DEMISSÃO DE PROFESSORES DA PUC/RJ.
REFERÊNCIA :
ORIGEM : SC-2
AVALIAÇÃO : E-2
DIFUSÃO : SC-1 - CH/ENI
ANEXO :

1. Em reunião realizada, em 13 JAN 81, na PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC), do RIO DE JANEIRO, o seu Reitor JESUÍTA MAC-DOWELL declarou: "a dispensa dos mestres deu-se por motivo de ordem ideológica, e não submeti a minha decisão aos órgãos de deliberação da UNIVERSIDADE, porque o regimento interno da PUC me faculta poderes de demitir qualquer funcionário quando tratar de assuntos excepcionais".

2. Os mestres que foram demitidos da PUC são elementos com antecedentes políticos conhecidos, quase todos militantes de partidos esquerdistas. Tais demissões deverão refletir em sérios problemas para a PUC, pois alguns professores católicos que estudaram na FRANÇA, BÉLGICA e outros países da EUROPA, estão solidarizando-se com os demitidos.

* * *

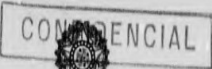

PARA DIFUSÃO EXTERNA.
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ
TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO.


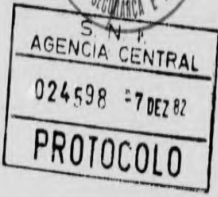
Fonte: AC_ACE_13409_81. Informe nº 0112/31/AC/81. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

Fatos como o ocorrido na PUC-Rio deram-se num contexto social de "caça aos subversivos", com demissão, perseguição, prisão, tortura e desaparecimento de diversos militantes docentes e alunos. Além disso, até mesmo reitores não alinhados com o regime foram substituídos por outros indicados pelos militares a fim de garantir o controle dos processos pedagógicos.

O posicionamento docente frente às questões políticas e sociais, quando não era de acordo com os interesses dominantes, transformava-se em desafio inaceitável ao regime, que caracterizava o professor como um doutrinador subversivo. Esse foi o caso do professor Sadi Dal Rosso¹⁵, da Universidade de Brasília (UNB), que, conforme aponta o documento abaixo não tinha condições de ter o seu contrato de trabalho renovado devido as suas posições políticas. Além disso, o professor é acusado de promover “greves, quebradeiras e reivindicações” na UNB e de frequentar as reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE). Vejamos um documento confidencial acerca desse professor, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Agricultura, em 7 de dezembro de 1982:

2



 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
 INFORME N.º 137 / 82 / DSI/MA

Data : Brasília, 07 de dezembro de 1982
 Assunto : PROFESSOR SADI DAL ROSSO
 Referência : X.X.X.X.
 Origem : DSI/MA
 Avaliação : B-2
 Difusão : AC/SNI - DSI/MEC
 Anexos : X.X

1. Consta que o professor contratado pelo Departamento de Ciências Sociais da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) Sr. SADI DAL ROSSO, residente na Colina em imóvel próprio funcional daquela Universidade é o principal orientador da greve dos professores e estudantes.
2. Elemento por demais conhecido entre os professores e estudantes da UnB como de esquerda, frequentemente viaja para participar de congressos e reuniões da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) bem como financia, com verbas de pesquisa do CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA (CNPq), alunos da UnB, FLÁVIO e ÁLVARO FOTH (este funcionário da FUNAI) viagens para NICARÁGUA e outros países da América Central.
3. Vive cercado de alunos profissionais, seus colaboradores nas greves, quebradeiras e reivindicações estudantis na UnB.
4. Vem utilizando o telefone nº 272-4763 para os contatos em todo o BRASIL.
5. Elemento da esquerda atuante, professor de Sociologia da Migração disciplina que não sabe e quase sempre não dá aula, pois fica de conversa na sala de aula com os estudantes seus comparsas, criticando o governo, professores e formulando seus programas subversivos.
6. Não há conveniência que seu Contrato de Trabalho com a UnB seja renovado.

X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X

Fonte: AC_ ACE_31334_83. Informe n. 137. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

¹⁵ Atualmente é professor da Faculdade de Sociologia da UNB e autor de livros sobre a intensificação do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade do atual momento político brasileiro, em que a direita se endurece e a esquerda não consegue estabelecer estratégia e ação efetiva de resistência, toda análise deve ser muito cuidadosa. No entanto não há dúvidas de que, apesar do estigma criado de desqualificação docente e do descrédito social da carreira, o trabalho docente foi e continua sendo central para a formação de cidadãos críticos. Isso em parte explica a perseguição aos docentes travada no período ditatorial, como também a que se vem observando nos dias atuais. Nesse sentido, é o trabalho docente, assim como a educação, um espaço/processo contraditório e de luta de classes.

A influência marxista para análise dos problemas sociais, tão temida pela ditadura de 1964, faz com que o ato de ensinar busque a raiz das desigualdades sociais, para além das aparências fenomênicas. Os debates sobre Gênero e Sexualidade nas escolas contribuem com a construção de uma sociedade mais tolerante, em que todos sejam respeitados independentemente da sua identidade sexual, além de contribuir para o autoconhecimento e o desenvolvimento humano. Por fim, constituir uma escola laica e democrática implica em não submeter o trabalho pedagógico às convicções religiosas dos pais.

Dito isto, grande é a responsabilidade das universidades, espaço em que a maior parte dos docentes é formada, e da escola básica, em que a maior parte dos formados trabalha - por essa razão, o controle pedagógico das instituições de ensino, pretendido pelo Programa Escola Sem Partido, também tem objetivos para o ensino superior.

Se as propostas forem aprovadas, limitarão a abordagem de diversas disciplinas do currículo escolar, principalmente história, filosofia e sociologia. Assim, esse debate é necessário, bem como a criação de estratégias coletivas para o enfrentamento da questão, pois “quem está na posição de poder tentará definir o que é admitido como conhecimento [...]” (YOUNG, 2000, p. 30).

Convém ainda dizer que, para os autores deste trabalho, o problema das escolas públicas brasileiras e do trabalho docente não tem relação com a doutrinação ideológica, mas sim com a precarização das condições de estudo e de trabalho. No entanto, essa questão convenientemente sequer entra no rol de luta do Programa Escola sem Partido e de seus signatários.

Por fim, cabe registrar que com inclusão do Programa Escola Sem Partido na LDB, “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, o que de fato acontecerá é uma nova “caça aos subversivos”, tal como no período ditatorial. Diante desse possível retrocesso, pensar o trabalho docente e o currículo escolar tendo como pano de fundo as memórias da ditadura pode ser parte do enfrentamento político que devemos travar “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” (Dom Paulo Evaristo Arns).

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo* -3º Ed. Artmed, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 876 de 2015*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF), 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 193 de 2016*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF), 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 10 agosto. 2016.

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília (DF), 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 23/08/2016.

BRASIL. *Lei 11.645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília (DF), 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 24/08/2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Planeje sua denúncia*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. Acesso em 24 jun. 2016.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Aspectos da guerra contemporânea - a guerra revolucionária*, 1969. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/223574337/Aspectos-de-Guerra-Contemporanea-C-20-69>. Acesso em 24/08/2016.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Cedes - Centro de Estudos Educação e Sociedade*, v.27, n.97, p. 1159-1179, dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* 3ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Campus: Rio de Janeiro, 1982.

LEITE, Siomara Borba. Considerações em torno do significado do conhecimento In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org). *Conhecimento educacional e a formação do professor*. São Paulo: Papirus Editora, 1994.

NAGIB, Miguel. *Escola Sem Partido: quem somos*. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Processo de produção do conhecimento escolar e a didática In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org). *Conhecimento educacional e a formação do professor*. São Paulo: PapirusE, 1994.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Editora EUel, 2013.

RODRIGUES, Vicente. *Documentos (In)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Em Pauta*, n. 33, p. 85-96, 1º semestre de 2014.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia e circunstâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

YOUNG, Michael F.D. *O currículo do futuro: da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado*. Papyrus Editora, 2000.

Fontes primárias

AC_ACE_37564_71. Encaminhamento secreto nº2836/71/ARJ/SNI. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

AC_ACE_13409_81. Informe nº 0112/31/AC/81. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

AC_ACE_31334_83. Informe n. 137. Fundo SNI. Acervo do Arquivo Nacional.

AGO_ACE_2356_82. Informe nº 0256/81. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

APA_ACE_5493_82. Informe nº 383/19. Fundo SNI, Arquivo Nacional.

APA_ACE_1170_85. Informe nº 12-211/74. Fundo SNI, Arquivo Nacional.